



ATA DA REUNIÃO ABERTA DA COMISSÃO DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Data: 19/06/2018

Coordenadora: Psic. Maria Cristina Neiva de Carvalho – CRP 08/1397

Presentes: vide lista de presença (11 profissionais)

Pauta: Caracterização da MSE no Paraná (alguns dados); Atuação dos(as) profissionais de Psicologia na Socioeducação – desafios e possibilidades

Pontos mais importantes discutidos:

Inicialmente Talita e Gabrielle (colaboradoras da comissão) expõem dados da SEJU sobre as MSE em 2017 no Paraná e dados do Mapa da Violência que confirmam dados da SEJU. Enfatiza-se que a reprovação escolar ocorre em todas as MSE.

Abre-se discussão aberta sobre os temas sendo , em síntese os seguintes aspectos discutidos:

- Ocorrência de adolescentes com escolaridade um pouco maior na MSE
- Conflitos relativos à entrada do adolescente no ensino regular
- Internamentos de adolescentes no Paraná com delitos não graves
- Tendência em se manter o adolescente privado de liberdade por no mínimo 6 meses
- O fato dos profissionais que atuam nos CREAS (SINASE) ainda não terem atuação definida
- Discussão sobre uso de testes pelos psicólogos dos CREAS (SINASE)
- Necessidade do estabelecimento de fundamentos e modelos de trabalho de caráter não clínico nesse contexto, embora muitas vezes as demandas jurídicas venham com essas especificações. Havendo a necessidade então de diferenciar atuação clínica da atuação do psicólogo que acompanha a MSE, não significando que esta não tenha o caráter terapêutico.
- Dificuldades com os prazos para as demandas do Judiciário. Exposição das ações da gestão atual do CRP de aproximações com TJ, MP e DP para criação de espaços que esclareçam aos operadores do Direito a importância de ampliação de prazos em algumas situações.
- Desafio do psicólogo que acompanha Liberdade Assistida em realizar a proteção social com responsabilização. A necessidade de superar a ideia de que LA e PSC só implica no adolescente ir no CREAS “assinar”. São expostas experiências no Paraná que tem seguido outro enquadramento com bons resultados.



- Importância do acompanhamento das famílias dos adolescentes em todas as MSE e a necessidade de critérios para que as famílias dos adolescentes em internação e semi-liberdade sejam acompanhados pelos CREAS.

Encaminhamentos:

Necessidade de ampliar convite a mais profissionais para nova reunião aberta

Retomar pontos relevantes da reunião para que depois de ampliados possa ser encaminhada à plenária sugestões de propostas de diretrizes nessa atuação especializada.

Identificação do CRP como espaço de apoio e compartilhamento para esses profissionais

Importância da discussão sobre a liberdade do profissional na escolha de suas bases teóricas e técnicas de atuação sem deixar de considerar o campo em que atua, suas demandas específicas e finalidade.

Retomada de discussão sobre a serviço de que o psicólogo atua em determinadas condições de trabalho nas MSE.